

AJUDA EXTERNA FMI garante que empréstimo ao Brasil é mais do que o necessário

Crédito é de US\$ 41,5 bi

FLAVIA SEKLES

Correspondente

WASHINGTON – O acordo para o empréstimo de US\$ 41,5 bilhões que o Brasil e o Fundo Monetário Internacional assinaram ontem “é mais dinheiro do que o Brasil pode precisar nas piores circunstâncias”, segundo o vice-diretor do FMI, Stanley Fischer. “O acordo não inclui qualquer meta que o governo brasileiro considere inviável ou que os credores considerem que o país não possa cumprir”, acrescentou.

Dos US\$ 41,5 bilhões, o Brasil terá acesso a US\$ 37 bilhões, se precisar, nos próximos 12 meses. O FMI, que entra com US\$ 18 bilhões, tem a maior participação no pacote e maior interesse em seu sucesso, depois de fracassos na Ásia e na Rússia. O Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entram com US\$ 4,5 bilhões cada, e um grupo de 20 países garantirão créditos de até US\$ 14,5 bilhões pelo Bank of International Settlements, o BIS, sediado na Basileia. Os Estados Unidos representam a maior parte desse dinheiro, ou US\$ 5 bilhões. Todos os países da União Europeia entram com US\$ 7,5 bilhões. O resto ainda não estava bem definido ontem.

Ao divulgar os detalhes, em Washington, Stanley Fischer disse que o acordo se baseia em previsões conservadoras: as taxas de juros cairão lentamente para um pouco abaixo de 20% no fim de 1999, e as exportações não vão registrar uma taxa alta de crescimento, devido à perspectiva de desaceleração do crescimento econômico global. No entanto, segundo Fischer, “tudo poderia ser melhor, dependendo da rapidez da implementação do ajuste, da atitude do Congresso e do que acontecer no próximo ano nos mercados de capitais dos países industrializados.”

Impacto – Apesar da previsão de que o Brasil terá uma recessão de 1% do PIB no ano que vem, Teresa Terminassian, vice-diretora do Departamento de América Latina no FMI e uma das negociadoras do pacote, garantiu que “o último trimestre de 1999 não será pior que o primeiro”. Para Teresa, embora o aperto fiscal tenha um impacto negativo sobre o consu-



Washington – AP

Michel Camdessus, do FMI: “Caminho do apoio ao Brasil está aberto”

mo, o país poderá compensar nas exportações e ter “uma recuperação gradual, de volta ao crescimento, ao longo do ano”.

Michel Camdessus, o diretor-gerente do FMI, disse que o acordo tem como base um ajuste fiscal “que encara de frente as fraquezas estruturais que estão na raiz das dificuldades do setor público, e são a principal fonte da vulnerabilidade externa do Brasil”. Além de se comprometer a produzir superávits primários nos próximos três anos, “as autoridades brasileiras estão comprometidas com a maior liberalização de sua economia, disciplina monetária e estabilidade econômica, manutenção do regime cambial, fortalecimento de suas reservas e maior competitividade”, disse Camdessus. “O caminho está aberto para a comunidade internacional oferecer ao Brasil o apoio que vai melhorar a confiança do mercado nas políticas eco-

nômicas do governo e garantir o sucesso do programa do país.”

A primeira parte do dinheiro – cerca de US\$ 10 bilhões do FMI e do BIS – estará disponível para o Brasil nas próximas duas semanas, após uma reunião do Conselho de Diretores do Fundo, na qual o acordo será aprovado, no fim de novembro ou início de dezembro. A segunda parcela – que só seria desembolsada depois de fevereiro, quando o Fundo pudesse garantir que o Brasil está atingindo suas metas fiscais – “flutuante” – ou seja, pode sair antes do fim deste ano, se o Brasil precisar.

“A estrutura da assistência financeira que estará disponível ao Brasil está nas linhas propostas pelo presidente Bill Clinton e apoiadas pelo Grupo dos Sete”, disse o secretário do Tesouro americano, Robert Rubin. “Nossa decisão de dar apoio bilateral ao Brasil reflete nosso compromisso

com o fortalecimento do sistema internacional, prevenção do contágio financeiro, e proteção dos interesses econômicos da América. O sucesso do Brasil é muito importante para os Estados Unidos e para a comunidade internacional.”

Sinal – Segundo Fischer, o pacote é preventivo. “A quantia está significativamente acima do que imaginamos que será necessário”, insistiu. “É alta porque queríamos dar um sinal forte de que o Brasil não está cortando uma fatia fina demais”. O dinheiro também é caro, entre 3% a 5% acima das taxas de juros de papéis do Tesouro americano, e a maior parte é de curto prazo. Os créditos bilaterais a que o Brasil recorrer por meio do BIS só podem ficar nas mãos do país por seis meses. A maior parte do dinheiro do FMI faz parte de um novo tipo de linha de crédito – Supplemental Reserve Facility – cujos prazos são de um ano a um ano e meio.

O pacote não tem um papel formal do setor privado. Segundo o FMI, essa foi uma opção feita pelo Brasil, que prefere manter seu relacionamento com os bancos comerciais sobre uma base “voluntária”. “O sucesso desse programa depende do apoio da comunidade financeira”, disse Fischer. “As autoridades brasileiras pretendem a esses bancos agora, com o pacote nas mãos, e pedir que eles renovem suas linhas de crédito voluntariamente. Baseado em conversas que tivemos ao longo do último mês com participantes do setor privado, é esperado que eles darão apoio ao Brasil. Não tem razão para querer o contrário, e terão lucro com isso.”

O Brasil se comprometeu também a manter sua política cambial, com uma desvalorização anual de 7,5% do real com relação ao dólar, e ampliação gradual da banda. Fischer disse que considera errados aqueles que argumentam que a sobrevalorização do real ameaça o sucesso do pacote. “Os que dizem isso não levam em consideração as desvalorizações do último ano, ou o fato de o processo continuar ao longo do próximo ano”, disse. Fischer também disse que o sucesso do acordo depende da capacidade do governo de explicar para o público brasileiro por que as medidas de aperto fiscal são necessárias.

AS CONDIÇÕES PARA A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

FMI – A participação será de US\$ 18,023 bilhões, pela cotação de hoje dos Direitos Especiais de Saques (DES), moeda escritural do Fundo que representa uma cesta das moedas dos países-membros. Esse valor equivale a 600% da cota do Brasil no Fundo, que é de cerca de US\$ 3 bilhões. Cerca de 30% dos recursos (aproximadamente US\$ 5,4 bilhões) virão de um acordo stand-by e os 70% restantes, US\$ 12,6 bilhões, serão liberados a partir do acordo *supplemental reserve facility* (SRF).

STAND-BY – Os juros serão de 4,25% ao ano, com cinco anos de carência, e o acordo valerá por 36 meses. O desembolso será de US\$ 700 milhões por trimestre, condicionado ao cumprimento das metas macro-econômicas do acordo.

SRF – O prazo será de um ano para o pagamento de 50% do empréstimo e um ano e meio para pagar o restante. Os juros são, hoje, de 4,25% mais 3% (300

pontos base) – a taxa de 4,25% reflete uma cesta de juros dos países-membros do FMI. Se o crédito for prorrogado, o juro adicional será crescente depois do primeiro ano, subindo a cada semestre 50 pontos (0,5%) até o limite de 500 pontos base (ou 5%) sobre os 4,75%.

LIBERAÇÃO – A primeira parcela sai depois da aprovação do acordo pelo conselho de diretores do Fundo, prevista para final de novembro, início de dezembro. São cerca de US\$ 5,25 bilhões, que deverão ser acompanhados da liberação de pouco mais de US\$ 4 bilhões do BIS. A segunda parcela, novamente de US\$ 5,25 bilhões, em princípio só deve sair em fevereiro de 1999, mas o Brasil pode ter acesso antes, se precisar, e novamente contará com recursos do BIS.

COLATERAL – Para ter acesso aos recursos o Brasil precisa apenas cumprir as metas da carta de intenção.

BANCO MUNDIAL – Terá uma participação de US\$ 4,5 bilhões. Até o final de 1998 devem sair US\$ 1,375 bilhão e outros US\$ 3 bilhões devem ser desembolsados até o final de 1999.

BID – O Banco Interamericano de Desenvolvimento dará uma contribuição de US\$ 4,5 bilhões, já incluído empréstimo de US\$ 1,1 bilhão aprovado para o BNDES em setembro de 1998. Até o final de 1999 deverão ser liberados US\$ 3,7 bilhões (incluídos US\$ 300 milhões do empréstimo de US\$ 1,1 bilhão).

BIS – Vinte países vão entrar no pacote, na maior parte dos casos para garantir crédito que será liberado para o Banco Central do Brasil pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais. Sua parte é de aproximadamente US\$ 14,5 bilhões e pode chegar a US\$ 15 bilhões.

DESEMBOLSOS DO BIS – Segundo o FMI, o Brasil terá acesso aos recursos do BIS em quantias similares a cada parcela do FMI que for liberada. Para os recursos agenciados pelo BIS, a primeira parte terá garantia de aval da República do Brasil, nas mesmas condições que os bônus do governo brasileiro. As parcelas subsequentes terão que ser garantidas pela carteira de ações da BNDESpar. As ações que entraram no pacote ainda não estão definidas, mas entrarão desde as sobras da Vale e de outras empresas privatizadas até as ações da Petrobras que excedem o volume necessário para garantir à União o controle da empresa.

CONDICÕES DO BIS – O prazo de pagamento será de dois anos. Os juros serão cobrados com base na Libor de seis meses mais até 4,7% de spread (taxa de risco).